

CAPÍTULO 4

UM PERCURSO DE (RE)EXISTÊNCIAS EM ÁGUAS SALGADAS: NOTAS SOBRE MOBILIDADE E MEMÓRIA DO LITORAL EM UMA COMUNIDADE PESQUEIRA

Gianpaolo Knoller Adomilli

Neste trabalho, abordo o tema da mobilidade e da memória, relacionadas com o viver em um ambiente costeiro em contextos de conflito que desencadeiam processos de re/desterritorialização de grupos e comunidades pesqueiras. Para isto, apresento dados e observações da minha tese de doutorado junto a pescadores de São José do Norte – RS, em um percurso narrativo com base nas suas trajetórias de vida.

Trato de iniciar esse percurso pelas paisagens de terra e mar e seus atravessamentos, bem como pelo modo como isso se reverbera nos ritmos locais e nos indícios da ação do tempo. A comunicação e a mobilidade entre pescadores e pescarias também é tratada enquanto parte de uma comunidade pesqueira⁹⁶ inserida no sistema marítimo-lacustre-costeiro, nas relações com os ventos, as águas e as espécies capturadas, envolvendo outros trajetos e movimentos/temporalidades cíclicas.

A partir da pesquisa etnográfica, busco demonstrar como as mutações das práticas de trabalho e a mobilidade desses pescadores em um período relativamente recente, entre uma e duas gerações, referem-se a limites entre sua condição de vulnerabilidade em contextos de conflito e a dinamicidade do modo de viver. Por sua vez, essa dinamicidade do modo de vida pode ser entendida enquanto (re) existência, no sentido da criatividade e de reelaborações e reconversões sociais e simbólicas para se continuar existindo. Pela via da memória, refere-se à ideia de “duração” no tempo (Eckert; Rocha, 2000) enquanto lembranças ou reminiscências de um tempo vivido, que são revividas porque encadeiam um tema afetivo através da intenção presente, conforme a perspectiva de Gaston Bachelard (1996).

⁹⁶ Conceitualmente, a noção de comunidade pesqueira aqui apresentada deriva de uma forma de comunidade de trabalho em torno da pesca, aproximando-se da noção de proposta por Eckert em sua dissertação de mestrado de 1995 e sua tese de doutorado de 1992 (conforme Eckert, 2012) em seus estudos junto a trabalhadores de uma mina de carvão.

Assim, a questão da memória é tratada enquanto “espaço de construção do conhecimento” (Eckert, Rocha, 2000), seguindo a linha de pensamento da fenomenologia Bachelardiana. Nesse sentido, os ritmos locais apresentam-se nas narrativas dos habitantes de São José do Norte, principalmente na referência aos ‘tempos de crise’, que revelam de forma mais específica questões referentes aos conflitos e dilemas ambientais, no contexto de tensão dos pescadores, relativamente ao mercado da pesca e à política nacional de gerenciamento costeiro.

Por fim, isso nos leva a pensar na questão da memória coletiva do litoral, neste caso, através das narrativas dos fluxos migratórios e dos tempos de crise e de fartura na pesca, no movimento de continuidades/descontinuidades correspondentes a uma ‘cultura marítima’.

Ritmos do tempo entre as paisagens de terra e mar

As primeiras impressões que tive sobre São José do Norte foram de impacto com a singularidade de suas paisagens, sobretudo na estética de uma ‘cidade ruína’, situada entre ‘dois mares’: o ‘mar de dentro’, referência ao estuário da Lagoa dos Patos, e o de fora, o Atlântico. Denominada pelos pescadores de ‘oceano’ ou ‘lá fora’. Havia uma atmosfera de ‘cidade letárgica’, estagnada pelo declínio econômico, que se materializava na arquitetura do centro urbano e das imediações da doca, tomadas por edificações antigas, parte delas em ruínas.

Já no início do trabalho de campo, estas imagens suscitavam questões referentes à metáfora simmeliana da corrosão do tempo pela natureza (Simmel, 1935), e que se mostra com muita força na estética urbana local. Nesse sentido, estar entre dois mares remete à ação das águas salgadas e possibilitava a percepção de outras decomposições: visualmente em metais, como as grades e veículos corroídos de forma impressionante pela oxidação causada pela água do mar, especialmente pelos efeitos da maresia. Essas gotículas, que são carregadas pelo vento, formam esculturas da corrosão. Igualmente, constata-se as madeiras das casas que se apresentavam com partes apodrecidas pela umidade, bem como, olfativamente, a mistura dos cheiros do peixe fresco e do podre (seus restos). Junto com o vento, percebia-se um ar úmido, que mistu-

rava o cheiro de maresia, proveniente do Atlântico, com o de matéria orgânica oriunda das águas salobras do canal da Lagoa dos Patos. Assim, os prédios em ruínas e outras carcaças, como a de veículos, embarcações e peixes revelavam ações do tempo nessas paisagens de terra e mar.

Nas conversas com os habitantes, sobressaía a visão de uma ‘cidade velha’, sob o estigma do ‘fracasso econômico’. Mais especificamente, giravam em torno da situação de ‘crise’ na pesca e na agricultura. Os velhos sobrados do século XIX e as ruínas das salgas e das fábricas de congelamento de pescado mostravam as camadas do tempo. Permaneciam como fraturas expostas de um passado ‘honroso’, uma referência à cidade quando, em um passado distante, ocupava uma posição geopolítica estratégica, na menção direta a batalhas importantes que ali ocorreram, bem como a um passado mais recente, aquele dos ciclos de crescimento econômico ligados à pesca e ao cultivo de cebolas. A primeira era evocada pela elite intelectual local e reforçada nas escolas e nos discursos de alguns políticos, apresentada como uma história heroica, militar, mais próxima às concepções hegemônicas forjadas no tradicionalismo, que revelam uma imagem estereotipada de gaúcho. Já para grande parte da população local não era esse passado da história distante e oficial que importava, mas sim aquele das lembranças, de vivências, o dos ciclos de crescimento econômico da pesca e da produção de cebolas. Por outro lado, havia em comum o sentimento de um lugar que ansiava pela chegada do ‘progresso’, sendo que também aquelas ruínas do século XIX remetiam à cidade velha, que se ligava estruturalmente a essa história mais recente.

A pesca encontrava paralelo com uma fase próspera da cebola, entre fins da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970, uma vez que coincidiu com o período desenvolvimentista implantado pelo Estado brasileiro, através de financiamentos e incentivos fiscais ao setor agrícola e ao pesqueiro. Esse passado contrastava com certo sentimento de ‘desonra’, marcado pela condição de relativo isolamento e da estagnação da cidade, causada pelo declínio econômico.

O acinzentado das edificações em ruínas opunha-se ao colorido dos botes e canoas motorizadas, a maior parte delas ancorada em trapiches de madeira ou em algumas enseadas formadas pelas praias do entorno. Os pescadores de botes e canoas motorizadas atuavam no estu-

ário da Lagoa dos Patos. Dedicavam-se à captura de peixes e crustáceos vindos do oceano e que adentram o estuário. Geralmente, são realizadas jornadas com saídas ainda de madrugada e retorno ao final do mesmo dia, exceto algumas pescarias, como a do camarão, em que parte do pessoal ficava acampada e, portanto, eram dias seguidos na atividade.

Nas proximidades também se avistava um cais de concreto. Tratava-se de um pequeno porto, localizado na área central e onde ficam ancorados os barcos voltados à pesca no Atlântico, barra afora⁹⁷. As pescarias estendiam-se de uma a duas semanas. Assim, enquanto os pescadores da lagoa dormiam em casa, os do oceano dormiam no barco. Os barcos dispunham de uma grande capacidade de captura e armazenamento de pescado, além de motores com autonomia para viagens longas, como exige esse tipo de pescaria. A tripulação também era mais numerosa, entre cinco e sete homens.

Havia momentos em que esse cais era tomado por agrupamentos de trabalhadores da pesca embarcada, chamados de embarcados, que ficavam em meio a grandes extensões de redes, a maior parte delas embolada (fig. 01). Os rostos, enrugados precocemente pelo sol e pelo sal contrastavam com o vigor físico que exige a atividade pesqueira. Uns entretidos na troca de redes ou no reparo dos pequenos remendos; outros, apenas conversando e olhando o trabalho, falavam sobre as pescarias e os companheiros. Em certos momentos, apareciam carroças carregando redes. As malhas mais danificadas eram retiradas dos barcos, sendo levadas para os galpões de redeiros que se espalhavam nessas áreas que margeiam o canal da Lagoa dos Patos. Eram galpões que, originariamente, estocavam cebolas e que se tornaram espaços destinados ao depósito e ao reparo das redes de pesca. Os redeiros são geralmente pessoas de idade mais avançada, pescadores aposentados que fazem o trabalho de montar e reparar as redes para a pesca embarcada. Muitos trabalham nesses galpões grandes, montando e remendando as redes dos barcos de pesca, que apresentam malhas mais extensas. Mas há também galpões menores, dos pescadores proprietários dos botes e canoas motorizadas, onde eles mesmos e os demais pescadores que fazem parte da tripulação se dedicam a essa atividade.

97 Por “barra afora” entende-se a pesca realizada para além da barra, nas áreas costeiras e/ou em alto-mar.



Fig. 1. Cais. Porto pesqueiro de São José do Norte, 2004. Fotografia de Gianpaolo Adomili. Fonte: Adomili. 2007.



Fig. 2. Remendando rede. 2004. Fotografia de Gianpaolo Adomili. Fonte: Adomili. 2007.

Já os galpões destinados ao estoque da produção de cebolas encontravam-se em áreas um pouco mais distantes da doca e das vilas do canal.

A “crise da cebola” fez com que alguns dos depósitos que se situavam na doca fossem alugados para os armadores da pesca, dando lugar aos atuais galpões dos redeiros, reflexo de conjunturas passadas de expansão da atividade pesqueira local.

O município movia-se de acordo com o ciclo anual das safras de peixes, do camarão e da cebola. A sensação era de que se vivia o mesmo ritmo de quarenta ou cinquenta anos atrás, quando plantar cebolas em São José do Norte era considerado um negócio próspero. O ritmo da cidade era aquele das safras da agricultura e da pesca, assim como o do cavalo nas estradas arenosas. Esses ritmos da pesca e da agricultura acompanham aproximadamente o compasso das estações do ano. Essa paisagem de campos atravessados pelas areias e pelas águas, das cebolas, peixes e camarões remete, portanto, a temporalidades que se manifestam de forma mais vagarosa e cíclica. Especificamente sobre o universo cultural da pesca, este diz respeito a viver entre dois meios: a terra e o mar (Maldonado, 1994). Os pescadores locais deslocavam-se entre esses dois mares, em percursos e atravessamentos entre mar, terra e oceano. Assim, no movimento da terra dentro do mar e do mar dentro da terra, ocorrem processos de transformação dos materiais e dos corpos dos pescadores, nas trajetórias de humanos e não humanos que se revelam nessas paisagens e em seus movimentos cíclicos.

Pescadores e pescarias no sistema marítimo-lacustre costeiro

O pequeno porto de São José do Norte fica às margens do canal da lagoa dos Patos, que se comunica com Atlântico, possibilitando a entrada e saída dos barcos que pescam no oceano. Essa comunicação entre as águas do oceano e da lagoa permite uma troca entre nutrientes e outras condições importantes para a vida marinha, em especial, de peixes e crustáceos. Portanto, também possibilita as pescarias de botes/canoas motorizadas. Por este canal, que se estende até os molhes da barra, entram e saem crustáceos e cardumes de peixes vindos do oceano, em movimentos que se combinam com a ação de ventos, correntezas e demais condições climáticas. Assim, as águas do estuário, em seus movimentos em relação às águas do oceano, podem ser doces, salobras ou salgadas. Para os pescadores do estuário, a água salgada, por estar associada a esse fluxo de entrada dos cardumes de peixes e crustáceos, é associada a vida. E, assim, a lagoa ‘vive e dá vida’ (Martins, 2002). Já a água doce é associada à morte, pois, além de inviabilizar as principais

pescarias, refere-se às águas poluídas e contaminadas que vêm dos rios e das cidades com as chuvas, especialmente no que se refere aos esgotos das cidades e aos agrotóxicos das lavouras. Também se relaciona ao perigo das áreas inundadas pelas enchentes.

Durante o trabalho de campo, deparei-me com grupos diversos de pescadores e pescarias que a paisagem de barcos e de botes/canoas motorizadas e seus tempos de pescarias já antecipava. Por outro lado, esses dois ‘tipos de pesca’, assim como as águas da lagoa com as do oceano, também se comunicam e se misturam, formando uma comunidade pesqueira inserida no sistema marítimo lacustre costeiro. Ao acompanhar esses grupos de pescadores, as conversas propiciadas por esses encontros giravam principalmente em torno de suas trajetórias de ofício, revelando que boa parte deles já havia transitado entre essas duas pescarias. Nesses movimentos, identificavam-se certa mobilidade e fronteiras porosas entre esses grupos.

A pesca em botes/canoas motorizadas dedica-se à captura de espécies que adentram o estuário durante determinados períodos. Esses animais acompanham, aproximadamente, as estações do ano, sendo chamados de ‘safras’. As principais safras: a do camarão (verão), da tainha (outono), do bagre (inverno) e da corvina (primavera). Já na pesca embarcada, o transporte é voltado também à captura da corvina e da tainha, bem como de outras espécies que não adentram o estuário da Lagoa dos Patos, como a anchova, merluza, castanha, abrótea, cação, dentre outras.

No entanto, a pesca de outras variedades, que eram capturadas em abundância no passado, não é mais realizada atualmente. Por um lado, referem-se a peixes encontrados tão ocasionalmente e em pequenas quantidades nas redes dos pescadores que impossibilitam a sua captura para fins comerciais ou, então, dizem respeito a espécies cuja captura está proibida durante determinados períodos pelos órgãos de fiscalização, como vistas a garantir sua reprodução, como é o caso do estabelecimento de períodos de defeso. Por outro, essas políticas de gerenciamento são definidas com base em estudos técnico-científicos que tendem a não reconhecer os saberes dos pescadores, levando a conflitos ambientais decorrentes dessa assimetria entre conhecimento científico

e tradicional, como demonstram alguns estudos (Moura, 2009; Gonzaga, 2017). Isso resulta, entre outras coisas, em grandes períodos de estagnação da atividade.

Frente à essa situação de estagnação/escassez na pesca do estuário, muitos ingressam na pesca embarcada, que, aparentemente, apresenta uma maior regularidade na produção. Grande parte dos pescadores embarcados incorporou-se à profissão através da pesca na Lagoa dos Patos, alguns, inclusive, tendo pescado ali durante quase toda a vida.

Para além da existência de um processo de “passagem” da pesca em botes/canoas motorizadas para a embarcada e do consequente avanço de uma lógica de produção mais voltada para o mercado, muitos pescadores alternam essas atividades, de acordo com a sazonalidade da pesca. Essa mobilidade gira principalmente em torno da captura do camarão na Lagoa dos Patos durante os meses de verão, quando grande parcela dos embarcados retorna à lagoa para se dedicar a essa pescaria, pois possibilita melhores ganhos, economicamente falando, além de ocorrer em relação a um período de baixa produtividade da pesca embarcada.

Na pesca embarcada, as viagens ocorrem, respectivamente, durante os meses do inverno e da primavera, obedecendo aos movimentos das espécies capturadas. Durante o verão, apenas alguns barcos, os mais equipados e com maior tonelagem, mantêm a sua tripulação, dedicando-se à pesca em áreas mais distantes da costa. Esta organização espaço-temporal remete à complexa relação entre a pesca embarcada e a pesca em botes e canoas, considerando que esses grupos convergem na ordem dos valores sociais e se misturam em suas redes de afinidade e parentesco.



Fig. 03. Céu e mar, que paisagem é esta? Embarcados esperando o momento de puxar a rede.
Fotografia de Gianpaolo Adomili. Fonte: Adomili. 2007.

Nas canoas e botes motorizados, o pescador é o proprietário, podendo trabalhar individualmente, em duplas ou em grupos um pouco maiores, em torno de três a quatro pessoas, a depender do tamanho da embarcação. Os pescadores não-proprietários que compõem essas tripulações são chamados de proeiros⁹⁸. Embora a tripulação seja majoritariamente masculina, nessas pescarias, as mulheres também participam diretamente na captura, em alguns casos como proprietárias de bote ou canoa e, mais frequentemente, trabalhando de proeiro, auxiliando o pai ou o marido. Há também as atividades tradicionais de descascar o camarão, geralmente realizada pelas mulheres, considerada de suma importância, pois o camarão descascado tem maior valor para a venda. Nessas famílias, as crianças interagem com as águas seja brincando na beira da praia, seja auxiliando os pais nas atividades da pesca, principalmente na “despesca”, que consiste em retirar o pescado das redes. Também acompanham, da terra, as marés e mudanças do tempo, os

⁹⁸ Referência a quem atua na proa da embarcação.

calendários das safras de peixes, e, na terra, os trabalhos de manutenção das embarcações e das redes. Aos poucos, vão se inserindo nos saberes que giram em torno das pescarias e do trabalho com os apetrechos de pesca. Assim, as novas gerações vão aprendendo na interação com o meio aquático, em um processo de “educação da atenção” (Ingold, 2010), entendido enquanto engajamento no ambiente através da experiência. Uma parte dos saberes é transmitida de uma geração a outra, mas atualiza-se de forma constante por meio das experiências advindas dos ensinamentos colocados em prática pelos mais jovens, incluindo aí a utilização de novas tecnologias.

Já na pesca embarcada, a tripulação apresenta uma divisão do trabalho entre o mestre, que comanda os demais e detém o conhecimento em busca dos cardumes, e os proeiros, homens que lançam/recolhem as redes e despescam. Dentre estes há ainda aqueles que executam atividades especializadas, como o maquinista, o gelador e o cozinheiro. A tripulação é totalmente masculina. Os homens permanecem por períodos prolongados no mar, e as mulheres administram a vida em terra, sobretudo no gerenciamento do dinheiro recebido pelas pescarias e nos cuidados com a educação dos filhos.

Apesar da divisão do trabalho da pesca embarcada, em São José do Norte, ambas as pescarias podem ser consideradas “tradicionais”, uma vez que envolvem a mesma comunidade, na qual boa parte dos proeiros e mestres transitam entre uma pescaria e outra. Portanto, fazem parte de uma mesma rede de parentesco, sociabilidade e reciprocidade, bem como compartilham uma mesma base de saberes relativos à pesca.

Em nível local, a noção de comunidade pesqueira estende-se ao universo de parentesco e sociabilidade que a compõe. Trata-se de uma cadeia produtiva familiar, com suas extensões de parentesco e de afinidade em torno da pesca, envolvendo, portanto, a captura, seu beneficiamento dentro do trabalho familiar, bem como as relações de reciprocidade que se formam nas redes de parentesco e afinidade. Já a questão da venda do pescado e da tecnologia empregada na atividade (em especial no que se refere às embarcações e equipamentos/apetrechos de pesca), por exemplo, fazem parte de processos que desencadeiam mudanças nas pescarias e as vinculam ao mundo global via mercado da pesca,

derivadas de demandas de consumo e/ou outros processos industriais. Essas comunidades contemplam também a relação com outras atividades profissionais ligadas diretamente à pesca, mas que não são captura, como a de “redeiro” e a de carpinteiro naval. Ademais, outras atividades apresentam vínculos orientados pelas relações de reciprocidade, como é o caso das estabelecidas com pequenos agricultores, ou mesmo em grupos que alternam as duas atividades de forma complementar (agricultura e pesca).

Os peixes, as cebolas e os camarões encontram-se na praia: fluxos migratórios na constituição de uma comunidade pesqueira

No que toca aos pescadores locais, identifica-se um processo de difusão cultural nessa região a partir de fluxos migratórios, em um movimento no qual a pesca se volta cada vez mais à comercialização do peixe, bem como no movimento da agricultura para a pesca. Inicialmente, diz respeito a uma parcela de pescadores portugueses e seus descendentes. Posteriormente, ocorreram outros fluxos: de pescadores catarinenses e de populações negras rurais da região. Os descendentes portugueses concentram-se no núcleo urbano do município e pertencem à última geração que deixou a Póvoa do Varzim, estabelecendo-se na região - num fluxo migratório que durou desde o final do século XIX até meados do século XX. H. Bunse, um filólogo alemão que percorreu essa região em 1959, descreveu-os em algumas notas etnográficas e em registros fotográficos que os mostram reunidos no cais e nas praias circundantes, saindo em barcos a remos ou pequenos veleiros (Bunse, 1982: 86-87).

Tive a oportunidade de entrevistar um desses imigrantes portugueses, que relatou ter vindo para o Brasil em 1928, em sua trajetória ligada ao fluxo de pescadores poveiros para essa região:

Isto aqui era tudo portugueses que trabalhavam, era tudo pescadores. Tinha mais de quinhentos ou seiscentos portugueses, todos de Póvoa de Varzim. Nosso continente era de Póvoa de Varzim, distrito do Porto. Quando eu vim pra aqui, eu já tinha andado no mar lá. Vim de Portugal pra cá a navio. [...]

Eu comecei como proeiro quando criança. Trabalhava aí. Aí depois me casei, fui mestre, e teve possibilidade de eu ter uma parelha e então... Eu comprei para trabalhar e fui trabalhando e pagando a parelha. Fiquei dono da parelha. E tinha de tudo, galpões e parelha... E tanto na lagoa como no oceano era a mesma parelha. Era composta por cinco ou seis embarcações. Tinha redes, duzentas redes... Chamava-se parelha, porque tinha redes pra tudo e era composta por cinco ou seis embarcações. Todas iguais, e cada uma com um mestre. E eram todos da comunidade.

A mudança para o Brasil melhorou sua condição de vida, sobretudo em relação à pesca, se comparada às dificuldades vividas pelos poveiros no exercício da atividade em sua terra natal.

Aqui ganhava melhor. Porque lá, dar pescaria, dava. Não se podia dizer que não dava. Mas era só no oceano. E existiam as invernadas. Lá, no tempo do inverno... era muito forte! Então, naqueles quatro ou cinco meses, ninguém trabalhava. Que não podia trabalhar. Eram temporais, era mar alto... Tinham os obstáculos da vida, do trabalho. Então tinham os pescadores que iam se embora para cá. Que aqui não tinha essas invernadas. Era da barra para dentro. E, no Rio de Janeiro, também se trabalhava. Tinha muito pescador lá naquela época. E o mar lá no Rio de Janeiro é mais calmo. Aqui é muito bravo. E lá em Portugal também era muito bravo! E, com as lanchas daquele tempo... lanchas, lanchões de boca aberta... Sofriam muito! Agora... também a pesca lá agora é moderna. Tem barcos a vapor e todo. Então, quando quer vir embora é só acender o motor. Naquele tempo, não. Era pano! E remo! Levava uma noite... ou um dia para chegar em terra. Então, a vida tornava-se muito dificultosa. E aqui tinha mais facilidade, porque era mar e mar (oceano e lagoa). Dava muito peixe. Não dava dinheiro, mas dava muito peixe!

Em geral, estes pescadores estavam concentrados no Rio de Janeiro, onde formaram comunidades pesqueiras. Mais tarde, alguns deles mudaram-se para outras regiões do país, especialmente para as cidades do Rio Grande e São José do Norte. Estes pescadores trabalhavam no estuário da Lagoa dos Patos e na costa do Oceano Atlântico através do

sistema de “parelhas” - barcos a remos equipados com redes, que operavam com um grande contingente de homens.

Com uma grande experiência de pesca, introduziram novas técnicas de captura e um processo de produção mercantil na região, organizando uma pequena produção destinada ao porto do Rio Grande. O peixe foi salgado, inicialmente para consumo próprio, e alguns destes imigrantes adquiriram capital suficiente para criar as salgas e comercializar o peixe, que depois era exportado para a região Sudeste do Brasil, num processo de consolidação das indústrias de conservas de peixe, através do abastecimento do mercado nacional. Segundo Martins (2001: 04), além dos pescadores de Póvoa do Varzim, o desenvolvimento da atividade pesqueira atraiu outros imigrantes portugueses, que eram portadores de recursos e que se tornaram empresários da pesca, gerando transformações que conduziram à formação de um parque industrial pesqueiro no Rio Grande.

Trata-se de um processo complexo de transformações na atividade pesqueira, a partir do qual foram produzidas estratégias de integração e de difusão cultural entre os poveiros com os nativos da região e os pescadores de Santa Catarina. Inicialmente, a relação entre os poveiros e os pescadores nativos era de pouco contato. Entre os poveiros, formou-se uma comunidade de trabalho étnico, com predominância de casamentos consanguíneos como forma de manter as suas tradições, caracterizando uma comunidade bastante coesa. Esta situação começou a mudar devido ao desenvolvimento da atividade pesqueira na região, com uma maior penetração do mercado e da indústria, associada ao fim da migração destes pescadores para o Brasil. Neste contexto, os pescadores catarinenses começaram a deslocar-se da costa catarinense para esta região, a partir da década de 1940, por trás das capturas de peixe provenientes do sul. A dificuldade em dar continuidade às parelhas levou os portugueses a empregar principalmente pescadores catarinenses, que estavam a emergir em grupos cada vez maiores. O problema da falta de pessoal e da relação com os catarinenses acabou por desestruturar as parelhas portuguesas, o que deu origem às parelhas catarinenses, em maior número e compostas por menos homens (Orlando, 1989).

Olhando essa questão desde Santa Catarina, Rial (1988) observou que os catarinenses passavam longos períodos no Sul, trabalhando na pesca, e às vezes voltavam para Florianópolis casados com mulheres nativas do litoral gaúcho. Em um olhar inverso, desde o Sul, a partir das trajetórias dos pescadores de São José do Norte, constatei que também aconteceu que muitos desses catarinenses fixaram-se na região por meio desses casamentos. Dessa forma, o parentesco entre pescadores (e entre pescadores e agricultores) acabou se estendendo ao longo do território litorâneo entre os dois estados vizinhos, tendo como principais referências as praias de Santa Catarina, principalmente Florianópolis, e, no Rio Grande do Sul, principalmente, São José do Norte e Rio Grande.

Através dos movimentos ao longo da costa do Rio Grande do Sul, muitos destes pescadores acabaram por estabelecer-se na região em virtude de casamentos com mulheres nativas, o que favoreceu uma maior integração com a população local, formada na sua maioria por agricultores e pescadores agricultores. Estes últimos dedicaram-se à pesca de forma complementar à agricultura, interagindo com os portugueses e os catarinenses, principalmente devido ao processo de esvaziamento humano da zona rural e à sua consequente concentração nas cidades mais próximas.

No litoral catarinense, a expansão urbana, especialmente em Florianópolis, impulsionada pela especulação imobiliária derivada do turismo, levou à expropriação de várias comunidades de pescadores e agricultores. A intensidade deste processo acabou desorganizando, em parte, o modo de vida destas comunidades, com base em práticas tradicionais de trabalho, com certas regras para a ocupação dos espaços de pesca na faixa costeira. O excesso de pescadores gerou conflitos e disputas por esses espaços. As inovações tecnológicas e a expansão do mercado da pesca em Santa Catarina também levaram a uma intensificação da atividade. Como estratégia de sobrevivência, muitos destes pescadores deslocaram-se de praia em praia, em movimentos sazonais para o Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro (Diegues, 2003).

Zequinha é um desses pescadores catarinenses que tentaram a sorte nos mares longínquos. Nascido em Bombinhas, ele foi pescar em Rio Grande e depois em São José do Norte, onde acabou se estabelecendo:

Quando eu tinha 15 anos, eu queria ir pra Santos, trabalhar na pesca. E aí meu pai, que ficou muitos anos aqui, disse assim: “Não! Vais pra Rio Grande! E, se hoje em dia eu tenho alguma coisa, agradeço a Rio Grande!”. Eu peguei e disse para ele: Rio Grande? Mas dizem que é muito frio. E ele: “Mas tu vais ver como lá tem peixe.”. E aí, com 16 anos, vim me embora. Aí vim, peguei um caminhão... Não tinha a ponte do Guaíba, era barca. Pelotas era barca. Tubarão, barca; Laguna, barca. Era tudo barca. Naquela época, foi em 56. E eu não conhecia ninguém. Mas, sabe como é... Rapaz novo, trabalhador. Sempre tem lugar. Comecei a trabalhar na praia do Norte. Aqui nessa praia do Norte, com um português chamado Juca, já falecido. Ah, aprendi muita coisa ali. Ganhei um dinheiro bom. Aí fui lá pra Barra, trabalhar com os portugueses. Aí comecei a trabalhar, trabalhar, trabalhar. Aí, depois, tinha aquelas canoas, aqueles botes, né? Eram grandonas, né! Matavam tudo quanto é peixe. Aí dava dinheiro. Mandava dinheiro para casa, fui ver a família e voltei... Aí peguei a gostar daqui. Chegou um ponto que...Casei por aqui. E aqui morei, comprei casa.

Zequinha também lembra da terra dos seus pais, em Santa Catarina, como um lugar onde havia muita fartura, relativa à fertilidade da terra para a agricultura; enquanto em São José do Norte, a terra era arenosa e somente se plantavam cebolas. Ele refere-se a um tempo em que, em vez de comprar o alimento, consumia-se o que era produzido:

Lá o pai tinha canoa e nós ia pescar. Dava para fazer uma pescaria, matar uns peixes para comer. Um vizinho nosso também ia de manhã, voltava de tardezinha, com quarenta, cinquenta, setenta, cem quilos de peixe. Era peixe para comer uma semana. Depois ia de novo. Só vivia da roça. Mas queria um peixe, ia pescar. [...] Tinha mandioca, plantava o milho, plantava o feijão... Galinha, marreca... Tinha de tudo. Agora um pedaço de charque custa uma fortuna. Um salário mínimo custa o quilo de charque. Antigamente, na campanha, matava carne de gado, de porco e botava no sol. Salgava. Depois botava na lata de banha para depois botar no feijão. Coisa boa! Hoje em dia, é tudo comprado! Que nem aqui no Norte, que só vive da cebola! É só cebola, mais nada! Tinha que plantar outras coisas. Lá (Santa Catarina) não se bota esterco, não se bota adubo, não se bota nada. Lá, não, tu tais cavando aquilo lá, e a terra chega a

ser preteada, de forte que é! Aqui a terra é branca. Já botaram adubo, já plantaram tudo... Só na base do remédio.

A referência às práticas de conservação dos alimentos, no qual a carne era salgada, sendo consumidos o charque e o peixe seco, revelam um pouco da dimensão dessas técnicas na vida local, que foram sendo substituídas pela refrigeração e pelo congelamento. O trabalho com os pescadores portugueses era lembrado com nostalgia por Zequinha:

Quando eu cheguei aqui, em 55, nem tinha barco! Era só as parelha dos portugueses. Trabalhei muito com esses portugueses aí. Dava dinheiro. No tempo em que... Era uma fartura! [...]E peixe era... Peixe cozido, peixe frito, pão fresco e vinho... Comiam bem. Ficavam forte. Daquele tempo, tudo terminou. Às vezes, eu olho e digo: é verdade... E a pescaria me dá saudade ainda, mas... Também, desde pequeno trabalhando. Sempre na pescaria. Desde com a idade de 14 anos. De vez em quando, saio para não perder o costume.

Em relação ao êxodo rural, o resultado encontrado diante da escassez no campo foi o deslocamento de famílias inteiras para o núcleo urbano de San José do Norte e, desta forma, a transição do trabalho agrícola para a pesca. O processo de transição da agricultura para a pesca é semelhante ao ocorrido no litoral catarinense. Porém, em vez da expansão urbana, aqui o fator determinante parece ter sido o modelo de desenvolvimento agrícola, mais especificamente a monocultura da cebola e, nas regiões vizinhas, com a monocultura do arroz e a pecuária, gerando significativa concentração fundiária.

Para além disso, o êxodo rural remete ao problema clássico da divisão de terra (herança) entre as famílias de camponeses, conforme abordado por Bourdieu (1958) e outros. Para Eric Wolf (1976: 37), o processo de herança pode ser “com partilha” a terra “ou” sem compartilhar a terra”, no entanto, sempre implica migração de camponeses.

Juntamente com os descendentes de açorianos, o movimento da agricultura em direção à pesca absorveu comunidades negras rurais que se estabeleceram na região durante o período escravocrata e que viviam há séculos isoladas e exploradas no campo.

Boa parte das narrativas acerca do tempo de fartura da pesca é antecedida pela trajetória familiar de dificuldades econômicas, em um quadro onde o litoral e a atividade pesqueira apresentam-se como lugar dos excluídos socialmente. Para as famílias que abandonavam o campo, a insegurança de uma longa espera pelos resultados da colheita é substituída pelo retorno imediato das pescarias, não exatamente de dinheiro, mas tendo no peixe um alimento garantido. Essa situação pode ser observada a partir da trajetória de Cláudio, um afrodescendente, mestre de barco, que relata ter vindo do interior de São José do Norte para a beira da praia com sua família, quando ainda criança, fugindo da fome:

Então a gente veio parar aqui. [...]. Naquela época, se usava corrente nos pneus para passar por esses banhados. Não tinha acesso para o interior, era pela praia. Se não tivesse praia, não tinha como chegar lá [...]. Então a gente chegou aqui com muita dificuldade. Muita dificuldade! A gente tinha uma tia minha que morava aqui no Norte; um tio meu trabalhava na prefeitura... E a fartura era tanta de peixe que, numa época dessas de verão, tu comias o peixe que queria. [...] E eu vinha de lá pegar, buscar o que comer. Nós não tínhamos o que comer, então eu arrumava uma farinha na casa de um, outra coisa na casa de outro, e eu vinha de manhã buscar o peixinho aqui.

Assim, o litoral apresenta-se como lugar-refúgio dos socialmente marginalizados, agregando os excluídos do campo e aqueles pescadores sem a posse dos instrumentos de trabalho e de um território de pesca. A praia consiste em um lugar compartilhado, de “uso comunitário” e, mais do que isso, um espaço liminar entre a terra e o mar, espaço-limite no qual se misturam alguns grupos pelo nomadismo dos excluídos socialmente e onde o ingresso na pesca de parselhas acontecia através do trabalho como proeiro.

Para John Cordell (In: Diegues; Moreira, 2001), que trata da organização social e dos “beirados” da Bahia, o processo de marginalização social, especialmente em relação com a posse da terra, fez as áreas de manguezal e lagoas rasas tornou-se “ponto de não retorno - refúgio” (2001, p.139). Cordell (2001, p.140) também observou que as comunidades piscatórias foram predominantemente formadas por populações negras excluídos das plantações de interior, um processo semelhante ao de São José do Norte.

Desta forma, os homens empregavam-se na pesca como proeiros, uma vez que, no sistema de parelhas, surge o dono da parelha, o mestre e os proeiros. Por sua vez, as mulheres eram empregadas nas salgas, fornecendo mão de obra para o parque industrial pesqueiro que se formou na região. Na beira das praias do canal da Lagoa dos Patos, antes áreas bastante vastas, consideradas fora da cidade, formaram-se pequenas vilas de pescadores, assim como nas praias do Atlântico, em locais onde se cria um vínculo com as pessoas oriundas do campo, que aparecem para ajudar nas pescarias em troca de peixe.

Dos tempos de crise aos tempos de fartura no sistema marítimo-lacustre costeiro

Em suas narrativas, pescadores e ceboleiros reportavam ao presente como um “tempo de crise” e sua sobreposição temporal na referência ao passado enquanto “tempo de fartura”, remetendo às transformações da vida social e das práticas de trabalho. Assim, os tempos de fartura, como memória coletiva e individual, possibilitavam reinventar o cotidiano em consonância rítmica (Bachelard, 1996) com a continuidade do modo de viver, da duração no tempo de comunidades que, de uma forma ou de outra, vêm se adaptando aos “tempos de crise”.

Em linhas gerais, essas transformações referem-se a um contexto marcado pelas consequências de processos de globalização, das demandas do mercado, tendo como marco a chamada “modernização conservadora”, que liga a economia local a essas demandas globais. O incentivo ao modelo agroindustrial estende-se localmente na produção de cebolas, atividade tradicional em São Jose do Norte desde o século XIX. A mudança para a monocultura da cebola ocorreu em detrimento de uma agricultura familiar diversificada, através da difusão do emprego de agrotóxicos nas lavouras e do financiamento de implementos agrícolas. Segundo os agricultores locais, após décadas utilizando agrotóxicos e plantando cebolas em larga escala, a produção ficou mais suscetível ao ataque de pragas, que arruinaram parte das plantações no final da década de 1980, quando muitos perderam suas terras.

Outro aspecto refere-se à “globalização da cebola”, no qual a produção local sofria grande desvalorização devido à concorrência com a

cebola argentina. No setor pesqueiro, ocorre um processo semelhante de modernização, no sentido de que o modelo de desenvolvimento patrocinado pelo Estado brasileiro vem, desde então, privilegiando a indústria em prejuízo da produção familiar dos pescadores artesanais, tendo gerado uma grande produção durante as décadas de 1960 e 1970, mas resultando em uma série de impactos ambientais nas décadas seguintes, relacionados à escassez de pescado devido às capturas intensas, excedendo a capacidade de reprodução das espécies capturadas. Assim, o surgimento da chamada pesca industrial implicou no aparecimento de barcos cada vez maiores, com redes mais extensas e tecnologia de ponta atuando nessa zona costeira do Atlântico (alguns deles provenientes do porto vizinho de Rio Grande, onde se formou um parque industrial pesqueiro, e outros provenientes de outros estados e países), pode ser definida não mais como pesca no sentido tradicional, mas como uma “guerra contra os peixes”⁹⁹, onde não há alternativa de escape frente ao modelo extremamente agressivo e predatório da pesca industrial.

Dos acampamentos na ilha da Feitoria e do trabalho das mulheres nas salgas e fabricas de congelamento de pescado em São José do Norte

Os tempos de crise e de fartura e seu movimento cíclico entre presente e passado, que se revelam através da memória dessa comunidade pesqueira, mostram um percurso ao longo do tempo que segue um padrão de mobilidade de “ir atrás do peixe”, relativo a processos de des-reterritorialização frente a injunções de mudança, seja através dos fluxos migratórios de pescadores e ceboleiros (nos movimentos de pescadores para São José do Norte e dos ceboleiros para a pesca), seja nos processos de mutação das pescarias desencadeadas pelo mercado. Nesses processos, a dinâmica do modo de viver diz respeito, mais do que estratégias de sobrevivência, a modos de (re) existência dessa comunidade pesqueira. Tendo em vista que tudo o que existe é porque se transforma, é preciso (re)existir. Assim, as narrativas sobre os tempos de fartura fazem também referência a esse momento em que a pesca na lagoa sofre

⁹⁹ A metáfora da “guerra contra os peixes” é inspirada no documentário *End of the line* (2009), do diretor Rupert Murray, baseado no livro de Charles Clover. Revela os impactos e consequências da pesca industrial.

mutações devido ao envolvimento com o mercado da pesca, sobretudo em relação às inovações tecnológicas e demandas de consumo

Nas narrativas de quando se pescava na Lagoa dos Patos, uma pequena ilha pertencente ao município de Pelotas surge como uma importante referência. No estuário próximo ao município de Pelotas, esse local abrigava os pescadores dos municípios ao redor da lagoa, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980. Além dos habitantes, que formavam um pequeno povoado, pescadores de Pelotas, de Rio Grande, São José do Norte e São Lourenço do Sul acampavam na ilha com suas famílias, permanecendo ali durante os períodos de pesca, que duravam alguns meses, principalmente durante a safra do camarão. Atualmente, esta ilha encontra-se praticamente desabitada, sendo determinante para o seu esvaziamento a diminuição considerável das espécies ali capturadas. Os antigos habitantes da ilha optaram por mudar-se para a Z3, a vila de pescadores mais próxima, que se tornou um bairro da cidade de Pelotas.

Durante este período, novas técnicas de pesca e inovações tecnológicas tornaram-se fundamentais para a transformação das pescarias, como o surgimento do gelo, que possibilitou armazenar mais quantidades de pescado, e do motor, que passou a ser utilizado nas embarcações, - no lugar do remo e das velas. Com embarcações agora motorizadas, as viagens mais distantes, como as feitas à Feitoria, facilitavam o encontro e a comunicação entre pescadores de diferentes localidades. Por outro lado, a imagem de peixes levantados pela força, ferramenta utilizada pelos agricultores, que se apresentam nas narrativas dos pescadores, refere-se a um tempo de abundância associado à mudança de práticas agrícolas para a pesca, em um período de pesca artesanal, no qual ainda não era preciso cuidar da integridade do pescado, segundo as demandas atuais do mercado pesqueiro.

Para além dos acampamentos, embora a divisão de trabalho seja identificada como uma unidade familiar, na qual homens pescam e mulheres, ademais de descascar camarão, geralmente participam de pesca em botes/canoas, é importante esclarecer que parte dessas mulheres também atuava em pequenos botes, sozinhas, com o marido ou com os pais. Nas famílias de pescadores, as mulheres tradicionalmente trabalhavam no preparo do peixe seco, no processo de salga, bem como nas atividades de

descasque do camarão, seja para consumo próprio, seja para venda. Nesses contextos, famílias inteiras também arrastaram redes em águas rasas, na pesca do camarão. Já habituadas à operação de limpeza, retirando as vísceras e preparando o peixe, que era salgado e seco, no núcleo familiar, as mulheres trabalhavam igualmente em empresas de processamento de pescado que se estabeleceram em São José do Norte.

O processo de vinculação da pesca artesanal com o mercado é narrado como referência a um “tempo de abundância” das pescarias, cuja produção de camarão e peixe era incrivelmente maior do que a capacidade de consumo/uso local. Nem com as salgas trabalhando noites inteiras, ou com a distribuição de um grande número de peixes e camarões entre as pessoas da comunidade, impediu-se que toneladas fossem desperdiçadas ou utilizadas como adubo nas plantações de cebolas, visto que não havia tecnologia para a conservação do pescado. Além disso, o processo de decomposição rápida do peixe obrigava os pescadores a venderem sua produção a valores irrisórios para a indústria pesqueira.

Com o surgimento das fábricas de congelamento, o processamento de pescado passou a ser mais rápido, ao mesmo tempo em que aumentava o contingente de trabalhadores nessas fábricas. Com a substituição das salgas por fábricas de congelamento de pescado e do aumento do parque industrial de Rio Grande, já na década de 1970, havia duas filiais dessas empresas em São José do Norte (fig. 02), ambas com sede em Rio Grande.



Fig. 04. Trabalho de descasque do camarão em uma fábrica de congelamento pescado por volta da década de 1970.

Fonte: Imagem cedida (Adomilli, 2007).

A ‘morte da lagoa’ e o surgimento da pesca embarcada, um movimento de dentro para fora.

Em São José do Norte, a pesca embarcada começou apenas na década de 1980, com o surgimento da frota de barcos de pequena e média tonelagem, equipada com algumas tecnologias disponíveis nos navios de pesca industrial, como sondas e bússolas. Neste contexto, pescadores locais da pesca oceânica fazem parte de uma frota costeira que apresenta uma transição da pesca artesanal, baseada principalmente nas relações familiares e nos saberes costeiros dessa comunidade para um modelo com maior envolvimento com o mercado. De certa forma, consiste em uma rearticulação frente a mudanças desencadeadas pela atividade pesqueira industrial. Origina-se das políticas governamentais para o setor, realizadas a partir da década de 1960 e que beneficiaram uma

ampla gama de proprietários de parelhas da Lagoa dos Patos através de incentivos fiscais, com vista a maior equipamento e aquisição de grandes embarcações. Estes, dispondo de melhores condições econômicas, tornaram-se armadores, investindo em barcos equipados com redes e voltados para pesca barra afora. Portanto, a maioria dos proprietários dos barcos são descendentes de imigrantes portugueses, enquanto as comunidades pesqueiras locais, como já observado, são formadas por agricultores excluídos, junto com os pescadores catarinenses que foram “atrás do peixe”, em processos de (re) territorialização/ (re) existência. Os investimentos da indústria pesqueira ampliaram a capacidade de captura, de forma que, nas décadas seguintes, a escassez dos estoques pesqueiros se agravou. Essa pesca em grande escala na zona costeira marítima e a relativa escassez de pesca na lagoa, após exploração intensiva, fez com que as empresas de pescado fechassem ou se transferissem para outras regiões do país. Neste contexto, no final dos anos 1980, alguns armadores com redes de emalhar adquiriram navios maiores, passando para a pesca em águas mais distantes da costa.

Para Cláudio, este é também um tempo identificado como o tempo de fartura da pesca, praticado nas praias do Atlântico e na Lagoa dos Patos até fins da década de 1970. Um passado idealizado, de modernização restrita, no qual havia uma sustentabilidade em razão da abundância de peixes e do emprego de uma tecnologia limitada. A sobrevivência era agora transformada em trabalho-providência, orientada por uma lógica do capital e do emprego, constituindo o mundo da pesca em relações mediadas pelo “dinheiro” (Simmel, 1976).

Eu comecei na barra em 84. Comecei como tripulante. Trabalhei com o falecido Atanásio. O primeiro barco que veio trabalhar aqui no Norte (São José do Norte), que antes não tinha, né! Um barco que o Benjamim construiu, o “Dom Joaquim”. O primeiro barco que ele construiu. Eu entrei até na vaga do canivete, que eu trabalhava na Lagoa dos Patos, mas vi que tava muito defasada. Aí eu agarrei, fui optando, né. Tive que sair da lagoa, porque não tinha mais como sobreviver. A lagoa morreu. O pessoal começou a sair. E nós trabalhava ainda lá na Ilha da Feitoria. E aí, é como diz aquele ditado: Tu tens que sair para sobrevivência, né! Quem ficou naquilo ali não desenvolveu. O

troço ficou difícil. Então... Se a pesca tivesse ficado como era há alguns anos... Eu nunca tive intenção, nunca sonhei que iria trabalhar no oceano.

A trajetória de Claudio é elucidativa de como esse processo adquire o sentido de um movimento de ir atrás do peixe, seguindo um percurso por águas salgadas. Primeiramente, fugindo da fome no campo, no fluxo migratório da agricultura em direção à pesca, quando passou a trabalhar como proeiro nas parelhas portuguesas, aprendendo o ofício e, posteriormente, tornando-se mestre na pesca realizada no estuário da Lagoa dos Patos. Com a ‘morte da lagoa’ e o surgimento da pesca embarcada desencadeada pelas demandas do mercado pesca, Cláudio trabalhou como proeiro e rapidamente se tornou mestre da pesca embarcada¹⁰⁰.

Assim como Cláudio, boa parte da primeira geração de mestres locais havia aprendido com Atanásio a pescar no oceano. Por isso, e por ter “matado muito peixe”, ele era considerado um dos maiores mestres da região. Referiam-se seguidamente a Atanásio como o primeiro mestre da pesca embarcada em São José do Norte. Deste modo, ao mesmo tempo em que identificava um mito messiânico, a referência à figura de Atanásio era recorrente quando o assunto girava em torno de pescadores reconhecidos como portadores de uma tradição na pesca, baseada, entre outras coisas, em práticas pesqueiras.

Antes de embarcar, Atanásio foi mestre de parelha de praia, considerada uma pescaria tradicional. Por outro lado, seu conhecimento ia além do aprendizado geracional, refere-se a uma experiência de anos de práticas pesqueiras, aliado a uma grande capacidade inventiva. Em vista disso, esse conhecimento baseia-se na combinação do aprendizado geracional com a experiência individual.

A relação entre a trajetória de Atanásio e as mudanças na pesca surgem como um episódio emblemático para a compreensão dessas transformações. Em uma conversa com Nibo, pescador embarcado, ele contou um pouco da caminhada do antigo mestre:

100 Atualmente, Cláudio aposentou-se da pesca embarcada e voltou às pescarias no estuário, o que nos permite perceber ainda mais claramente, através desta trajetória, a questão da dinamicidade do modo de vida e dos seus movimentos cíclicos. Assim, a lagoa vive e dá vida, e os ritmos da duração revelam-se nos movimentos no tempo e no espaço.

[...] o Atanásio saiu do nada. Ele começou na pesca de tarrafa na beira da praia, em Santa Catarina, depois ele veio para cá, para o Sul. Primeiro ele foi agarrar de proeiro. De proeiro ele conseguiu comprar um botezinho. E aí, depois, ele comprou outro bote, teve um terreno aqui, teve parrelha de praia... Era muito conhecedor, era homem que subia num caminhão e olhava: “Lá tem peixe!” Largava. Aí, depois, quando ele se sentiu velho, pela pescaria de praia, porque ele era o patrão dele mesmo, se atucanou. [...] Aí ele passou para os barcos. Mas aí ele trabalhou de mestre. Ele não trabalhou no convés. Aconteceu que nem o Cláudio. O Cláudio trabalhou uma safra com o Atanásio no convés e na outra já foi trabalhar de mestre. E, graças a Deus, sempre se deu bem. Então, ele era muito respeitado, porque conhecia tudo e mais um pouco! Desses mestres que tem aqui da volta, e da malha, o Atanásio botava eles tudo no bolso, era professor deles tudo! Ah, era!

Perguntei, então, a Nibo como era possível que Atanásio tivesse se tornado mestre de barco tão rapidamente, já que o estuário e o oceano não eram a mesma coisa, e se ele dispunha, nessas primeiras viagens, de tecnologias como a que vemos hoje nos barcos, como sondas, bússolas e GPS, tecnologias que o auxiliassem nas pescarias. Eu obtive a seguinte resposta:

Não, ele não tinha tecnologia! O Atanásio começou a trabalhar sem uma sonda, sem um navegador... Ele só tinha bússola. Só bússola. [...]Do tempo em que agarrava para ver: “Será que tem peixe aqui? Vamos com o ouvido”. Depois ele agarrou e usou um sistema mais sofisticado para sondar o peixe: um cano. Um cano, tipo... Nunca viu pegar duas latinhas e colocar um fio e fazer auto-escuta? Um desses, só que é um cano. Um cano d’água, de vinte e cinco, aí pega uma tampa... bota do lado dele, a parte tampada larga na água, e escuta na parte adentro. Dá o som nítido, nítido! E aí, se o cara faz as aventuras dele e mata peixe, os outros vão seguir por ele.

A partir da construção social das trajetórias individuais, este caso revela a possibilidade de pensar na interação que permite articular o mundo técnico com uma herança cultural através da metamorfose constante dos pescadores e de sua persistência em “permanecer pescador”. Isso viabiliza

certa duração no tempo, sendo necessário levar em conta as condições de vida e as possibilidades de uma transformação constante da sociedade através do engajamento e da ação criativa dos atores sociais.

Na década de 1990, o esgotamento do modelo de desenvolvimento governamental para o setor pesqueiro, implantado desde década de 1960, principalmente como consequência da ação de grandes navios de pesca, sinalizados através da diminuição das quantidades capturadas, gerou a falências de empresas e fusões, com uma redução da força de trabalho local. Em termos globais, o problema vai além da pesca local e da política de pesca implementada pelo Estado, uma vez que se insere na da captura mundial, destacando a modernização das frotas pesqueiras que, com os avanços do potencial tecnológico empregado, tendem a pescar volumes cada vez maiores, levando à perspectiva sombria de um esgotamento.

Além disso, estudos sobre o impacto da pesca nos estoques pesqueiros chamam a atenção para altas taxas de descarte de espécies por captura de barcos pesqueiros industriais. Isso significa que peixes pequenos e várias outras espécies capturadas em barcos não são aproveitadas, sendo descartadas no mar, sem vida. No caso de pescadores embarcados com redes de emalhar, a prática da pesca é caracterizada pelo uso da rede de espera, considerada uma pescaria mais seletiva que a praticada por barcos pesqueiros industriais. Por outro lado, essa pesca expandiu consideravelmente sua extensão de redes, permanecendo por tempos mais prolongados no mar, na tentativa de retomar a produtividade de períodos anteriores, aquele dos primeiros barcos. O fato de que a pesca com rede de fundo, praticada inicialmente durante o inverno, seja utilizada durante todo o ano, inclusive durante verão, revela o contexto da problemática ambiental que envolve diretamente essa pescaria. Tal situação remete ao fato de que as problemáticas ambientais são colocadas em pauta justamente pelas políticas ambientais, onde a vigência de políticas de fiscalização com poder coercitivo e desigual entre os atores sociais envolvidos insere esta lógica em uma perspectiva individualista, conforme revela Lima (2000; 2004). Para Lima (2004), o dilema da administração dos conflitos no espaço público brasileiro, no qual a tendência em naturalizar a desigualdade através do assentamento legal de uma igualdade formal, assim particularizando os direitos humanos,

diz respeito a um sistema composto por regras que estão sujeitas à interpretação, levando à questão da autoridade interpretativa e da hierarquia que particulariza os valores. Trata-se, portanto, de um modelo de naturalização da desigualdade, onde a problemática ambiental, por se tratar de um bem coletivo, situa-se no meio dessas ambiguidades inerentes aos espaços públicos, implicando questões acerca da legitimidade do poder e da descentralização (Lima, 2004).

Junto a estes aspectos centrais, práticas tradicionais de trabalho vinculadas ao modo de vida estão ligadas ao conhecimento do meio costeiro, a partir dessas experiências relativas ao movimento de algumas gerações de práticas agrícolas em direção à pesca e desta para lugares cada vez mais distantes no mar. Assim, a pesca embarcada, consolidando-se como alternativa à pesca na lagoa, engendra uma série de mudanças nos ritmos de vida e de viver.

Considerações finais

A relação com o meio aquático refere-se às práticas do trabalho e aos ritmos da pesca, no envolvimento das famílias em seus laços de parentesco e solidariedade. Por sua vez, as águas salgadas surgem como novas vias de comunicação entre pescadores de vários locais. Se a mobilidade entre a pesca em botes/canoas motorizadas e a pesca embarcada diz respeito à sazonalidade da pesca - ou seja, é determinada pelo movimento das espécies de peixes, em que há um calendário dos períodos de captura, definidos estes de forma aproximada às estações do ano e demais condições climáticas, o movimento de ir atrás do peixe remete às demandas de captura de uma pesca vinculada ao mercado, como é a pesca artesanal. Igualmente, o conjunto de fluxos migratórios que configuram culturalmente essa comunidade pesqueira ocorre a partir dessa perspectiva, na qual as trajetórias dos pescadores revelam, em poucas gerações, em boa parte dos casos (como observado na trajetória de Claudio, em apenas uma geração), um processo de mudança de pescarias e de ambientes.

Nos processos de (des/re territorialização) dentro do sistema marítimo-lacustre-costeiro, o percurso das águas salgadas revela também a comunicação entre pescadores do entorno da Laguna dos Patos e as viagens mais longas, nas pescarias em barcos que operam no Atlântico.

Assim, tentei demonstrar como essas tensões e reconversões determinadas pelas mudanças sistemáticas derivadas do processo de industrialização na pesca ocorrem em contextos de conflito cujas práticas referem-se a limites entre a condição de vulnerabilidade desses grupos e seus movimentos de (re) existência. Neste contexto, surgem algumas questões relacionadas aos processos de territorialidade e às novas práticas e saberes, que se apresentam como um padrão de mutação. Nesse sentido, as estratégias de duração/continuidade no tempo estão vinculadas a uma constante reelaboração, na dinamicidade do modo de viver, orientados em suas re-existências.

Referências

ADOMILLI, G. *Terra e Mar, do viver e do trabalho na pesca marítima: tempo, espaço e ambiente com pescadores de São José do Norte - RS*. Tese de Doutorado. PPGAS-UFRGS, 2007.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologie de l'Algerie*. Paris: PUF, 1958.

BUNSE, H.W. *São José do Norte: aspectos linguísticos-etnográficos do Antigo município*. Porto Alegre: Editora Globo, 1982.

CORDEL, J. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. En: DIEGUES, A.C.; MOREIRA, A. C. (Orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

DIEGUES, A.C. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

ECKERT, C. *Memória e trabalho: Etnografia da duração de uma comunidade de trabalho: mineiros do carvão (La Grand-Combe, França)*. Curitiba, Appris, 2012.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. Imagens do tempo nos meandros da memória: por uma etnografia da duração. In: KOURY, M. G P. (org.). *Imagem e Memória: Estudos em Antropologia Visual*. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.

GONZAGA, F. A. *No limiar da lista vermelha: conflito ambiental e fricção epistemológica em torno da proibição da pesca do bagre no Rio Grande do Sul*.

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharelado em Ciências Sociais. Porto Alegre, RS 2017.

INGOLD, T. Da transmissão de representações à educação da atenção. *Educação*, 33(1). Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/6777>, 2010. Consulta 2 de julho 2010.

LIMA, R. K. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dois modelos de gerenciamento de conflitos no espaço público. *Revista de Sociologia e Política*. 13. 23-38, 1999.

LIMA, R. K. Os cruéis modelos jurídicos de controle social. *Insight – Inteligência*. 06 (25), 131-147, 2004.

MALDONADO, Simone, C. *Mestres & Mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo, Annablume Editora, 1994.

MARTINS, C. A. A. *No trabalho dos pescadores artesanais a Lagoa dos Patos vive e dá vida*. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. VI n 119 (47), 2002. [ISSN: 1138-9788] <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-47.htm>. Consulta 12 de dezembro 2002.

MOURA, G. G. M. *Águas da Coréia: pescadores, espaço e tempo na construção de um território de pesca na Lagoa dos Patos (RS) numa perspectiva etnooceanográfica*. Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental – PROCAM, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

ORLANDO, A.M. *Alguns aspectos da pesca fazem Camarão não está localizado em Lagoa dos Patos, Rio Grande do Sul, Brasil*. Rio Grande: CIRM -FURG, (Não publicado), 1989.

RIAL, C. S. *Mar de Dentro. A transformação do Espaço Social na Lagoa da Conceição*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre: PPGAS-UFRGS, 1988.

SIMMEL, G. *Concepto de la tragédia de la cultura y otros ensayos*. Madrid. Revista de Occidente, 1935.

WOLF, Eric. R. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

